



Eixo: Questão agrária, urbana, ambiental e serviço social.

Sub-eixo: Ênfase na questão agrária.

QUESTÃO AGRÁRIA, RURALIDADES E SERVIÇO SOCIAL: REQUISITOS E REPERCUSSÕES PARA A FORMAÇÃO E O TRABALHO PROFISSIONAL NO RIO GRANDE DO SUL

MAILIZ GARIBOTTI LUSA¹
BRUNA MICHELE ENGEL²
JESSICA FLORES MIZOGUCHI³
SOLANGE DOS SANTOS SILVA⁴
MARI APARECIDA BORTOLI⁵

Resumo: O presente trabalho apresenta o projeto de pesquisa que tem como objetivo analisar a realidade rural sul-rio-grandense no que tange às expressões da questão social no espaço rural, dentre as quais está a questão agrária, de modo a reconhecer as requisições e repercussões para a formação e o trabalho profissional do/a assistente social. Com aporte no materialismo histórico dialético, a pesquisa utiliza-se de metodologia do tipo exploratória de campo e técnicas bibliográfica e documental para o processo investigativo e análise de conteúdo.

Palavras-chave: questão agrária; espaço rural; serviço social; formação e trabalho profissional.

Abstract: The present work submitis the research project which intends to analyze rural reality of Rio Grande do Sul regarding the expressions of the social issue in the rural space, among which are the agrarian question, so to identify the requisitions and implications affecting the social worker's professional qualification and performance. with contribution fron dialectical historical materialism, the investigation finds support fron the exploratory research method, as well as documental and bibliographic tecniques for the investigative process and content analysis.

Key-words: agrarian question; rural space; social work; formation and professional work.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta um projeto de pesquisa, cujo objeto abrange o estudo da questão agrária, das ruralidades e do Serviço Social. O objetivo principal é analisar a realidade rural sul-rio-grandense no que tange às

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: <mailiz@ufrgs.br>.

² Estudante de Graduação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

³ Estudante de Graduação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

⁴ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

⁵ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

expressões da questão social no espaço rural, dentre as quais a questão agrária, de modo a reconhecer as requisições e repercussões para a formação e o trabalho profissional do/a assistente social. Os objetivos específicos compreendem: identificar a realidade social sul-rio-grandense e a partir dela a realidade rural, com base na análise da formação sócio histórica do Estado e a relação com a conjuntura atual; reconhecer a constituição das classes sociais no espaço rural sul-rio-grandense e as relações sociais, especialmente no âmbito do trabalho; levantar dados socioeconômicos e demográficos do campo, nos últimos dez anos, no Rio Grande do Sul; avaliar as demandas sociais dos trabalhadores do campo e as respostas do Estado através das políticas públicas para o campo; balizar a produção de conhecimento e a formação profissional em Serviço Social, bem como o exercício profissional dos assistentes sociais, no que tange os aspectos determinantes da questão agrária e das diversas ruralidades no Estado.

A apresentação de elementos do projeto e de atividades iniciadas com a execução da pesquisa cumpre o propósito de socializar a proposta desde sua elaboração para ampliar o debate do coletivo de pesquisadores, o que certamente repercutirá na qualificação dos estudos e da própria investigação. Cabe lembrar que o projeto foi aprovado e recebe recursos do CNPq para execução da pesquisa.

Para atingir tal propósito e considerando as características requisitadas para as publicações de pesquisa neste evento, optou-se por apresentar com maiores detalhes a qualificação do problema de pesquisa, a partir do qual se apresentam os fundamentos teórico metodológicos da discussão; o desenho metodológico da investigação e alguns resultados preliminares.

2. QUALIFICAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

A temática da pesquisa situa-se no âmbito das ciências sociais aplicadas, especificamente na área de Serviço Social e subárea de Fundamentos do Serviço Social, uma vez que trata o objeto de investigação sob a perspectiva dos fundamentos da formação e do trabalho profissional, com base na leitura e análise da realidade e nela dos principais aspectos da questão agrária e das ruralidades circunscritas ao Estado do Rio Grande do Sul. É deste lugar que se qualifica o principal problema a ser abordado.

Na área específica do Serviço Social, a proposta está assentada no reconhecimento de que, a partir de fins dos anos 1970, num cenário marcado pelo esgotamento do Estado ditatorial militar e pelo reaparecimento das lutas sociais, marcadamente da classe trabalhadora, ocorre um amadurecimento profissional do Serviço Social brasileiro, a partir do qual se reconhecia diversos impasses a serem superados. Dentre eles, estava o distanciamento existente entre o trabalho intelectual, acadêmico e o exercício profissional (SILVA, 1993; SILVA e SILVA, 1993), bem como o necessário aprofundamento “das mediações entre as bases teóricas acumuladas e a operatividade do trabalho profissional” (IAMAMOTO, 2007, p. 52), o que, já à época, evidenciava que o ponto fulcral desta questão encontrava-se na relação entre a profissão e a realidade, o que foi fruto do processo de construção da direção ético política e

da base teórico-metodológica do Serviço Social brasileiro, que ocorreu especialmente em meados dos anos 1980 e nos 1990.

Para a profissão, a partir daquele momento, o reconhecimento e análise da realidade articulada ao movimento histórico da sociedade e da profissão, tornavam-se essenciais para superar os impasses que se colocam para a profissão, os quais foram traduzidos nas armadilhas do teorismo, do politicismo e do tecnicismo. “Cada elemento original contido naquelas afirmativas – o teórico-metodológico, o ético-político e o técnico-operativo – eram fundamentais e complementares entre si, mas, se aprisionados em si mesmos, transformavam-se em limites” (IAMAMOTO, 2007, p. 53). Sem dúvida, foi na década de 1990, a partir do debate que tratou principalmente das diretrizes curriculares para a formação profissional, que se passou a reconhecer que a chave para articular tais dimensões, fundamentando-as no movimento da sociedade, é o trato efetivo da realidade.

Percebia-se à época que “articular a profissão à realidade é um dos maiores desafios, pois se entende que o Serviço Social não atua apenas sobre a realidade, mas atua na realidade” (IAMAMOTO, 2007, p. 55) e a condição imprescindível para que a profissão possa trabalhar ‘a partir da’ realidade e ‘na’ realidade é garantir permanentemente nas suas ações as dimensões da investigação e do levantamento constante de indagações. Isso requer considerar que a realidade social é ampla e para aferir as características realmente constitutivas dos processos vividos pelos indivíduos geralmente é preciso tratá-la a partir das particularidades, evitando generalizações aparentes para, no seu revés, entendê-la enquanto totalidade concreta (KOSIK, 1989).

Em se tratando das particularidades que conformam a realidade, é necessário apontar que existem aspectos que não são objeto de atenção investigativa do Serviço Social, ou o são de forma ainda incipiente e/ou residual, como por exemplo, a questão agrária, as ruralidades e a relação delas com a formação e com o trabalho do/a assistente social. Tais aspectos, embora se configurem como fundamentais na dinâmica cotidiana – inclusive economicamente –, acabam invisibilizados pela própria sociedade. É o que ocorre com o espaço rural, com os indivíduos que lá vivem e trabalham, suas relações sociais, seus processos dialéticos de produção e reprodução social, econômica, política e também de produção de conhecimento e de cultura.

Também no âmbito investigativo e da produção do conhecimento em Serviço Social a temática da questão agrária, envolvendo as diversas ruralidades, é invisibilizada frente a outras discussões, tais como as manifestações urbanas da questão social. Como resultado, torna-se frequente a reiteração de temas de pesquisa que avançam em conjunto numa mesma direção de produção de conhecimento, enquanto outras temáticas permanecem ainda insipientes. Em decorrência, nota-se que na área do Serviço Social brasileiro ainda são poucas, embora ‘crescentes nos últimos anos’, as investigações que tratam sobre as temáticas correlatas ao espaço rural em sua totalidade e historicidade. Reconhece-se, assim, um movimento tímido, mas importante, que se volta para esta discussão.

Este movimento investigativo do Serviço Social encontra-se articulado com a retomada do debate e das atenções ao rural brasileiro, que vinha ocorrendo desde meados dos anos 2000, especialmente através do fomento estatal de novas políticas públicas de investimento financeiro e de políticas

sociais para o campo, a exemplo das políticas de financiamento para a agricultura familiar como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e Programas de Transferência de Renda, dentre os quais o Bolsa Verde.

Não obstante os dados atuais, um olhar cuidadoso para a formação sócio histórica brasileira já possibilita reconhecer que as bases de consolidação da sociedade e do Estado foram e são agrárias (IANNI, 1984), isto porque tal formação foi, desde longe, de exploração agrária. Este traço é ainda anterior à chegada do colonizador e continua caracterizando o Brasil contemporâneo (PRADO JÚNIOR, 2006).

Com o aceleração da dinâmica capitalista brasileira, já no século XX e no início do XXI, uma nova ordem econômica se instalava, aprofundando o processo de pauperização rural – e por consequência, urbana –, intensificando o fluxo de expulsão da população agrícola para os centros urbanos (LUSA, 2012), provocando em todo país vazios demográficos em face à pobreza (GONÇALVES e GONÇALVES, 2013).

No tempo presente aquele tipo de exploração – monocultural, escravocrata, baseada na grande propriedade territorial e voltada para alimentar a economia mercantil lusitana –, reestabelece-se em novas bases, reproduzindo os velhos traços. A mecanização do campo, as inovações tecnológicas (GRAZIANO DA SILVA, 1981) e a proletarianização do campesinato são elementos que hoje sustentam a reprodução do capital agrário-exportador e agroindustrial. Perpetua-se a histórica concentração de terras, que, associada aos monopólios transnacionais, continua produzindo desigualdades sociais no campo e na cidade, de norte a sul, leste a oeste, embora com particularidades regionais distintas.

Na raiz da questão está o interesse econômico e o modo de produção instalado para atingi-lo. O capitalismo tardio brasileiro (MELLO, 2008), cuja base está na acumulação primitiva de capital retirada do campo, nunca abandonou o espaço agrário, d'onde continua retirando seus aportes de dominação não apenas econômica, mas, inclusive, política, cultural e social. Também o homem simples não abandonou o campo e, apesar dos intensos fluxos migratórios urbanos, persiste como produtor mercantil simples, a alimentar a dinâmica do capital.

Em tempos de crise estrutural do capital, o espaço rural – do agronegócio – aparece para a sociedade como um espaço de criação de valor econômico, pois alimenta a balança comercial e o mercado financeiro internacional (LUSA, 2013). Isto significa que, salvaguardando o rural do grande capital, o rural simples se mantém invisibilizado na história, fato que colabora para que a sua invisibilidade também predomine no Serviço Social (LUSA, 2012).

Resulta disso um dos dilemas profissionais, que é a “tendência a considerar a sociedade brasileira numa ótica meramente urbana. Dificilmente, em nossos debates, os processos sociais agrários aparecem articulados à questão urbana, correndo o perigo de reincidirmos no velho dualismo rural-urbano” (IAMAMOTO, 2007, p. 152). Ora, evidencia-se uma pressuposta fragmentação na leitura da realidade e, ainda, certo distanciamento do Serviço Social em relação ao rural, o que confirma a invisibilidade das demandas provenientes daquele espaço.

Por isso, toma-se como objeto de pesquisa a configuração do espaço rural sul-rio-grandense (suas ruralidades) e, nele, as expressões da questão social – dentre as quais, a questão agrária e a luta de classes –, que, ao se constituírem objeto de trabalho do Serviço Social, apontam tanto requisições quanto repercussões para a formação, para a produção de conhecimento e para o trabalho profissional. A necessidade de investigar o rural sul-rio-grandense e, nele, as expressões da questão social, a partir da perspectiva do Serviço Social, justifica-se não apenas pela invisibilidade mencionada, mas também porque, apesar da instalação do capitalismo urbano industrial e das inovações tecnológicas, parte da classe trabalhadora ainda permanece no campo, explorada pelo capitalista agrário e agroindustrial e resistindo à marginalização social. Outra parte da classe capitalizou-se e, embora não se configure como ‘capitalista agrário’, tampouco pode ser literalmente denominada de ‘classe trabalhadora’ ou ‘classe camponesa’ na acepção Marxista. Sua presença evidencia-se no sul brasileiro, inclusive no Rio Grande do Sul.

No caso específico deste Estado, é ainda preciso considerar o processo peculiar da sua formação sócio histórica, determinada pela

[...] presença de três setores de produção mercantil; associados à impossibilidade de estabelecer, de modo estável, as relações servis de dominação em função do pastoreio e das frequentes guerras de fronteira, bem como com a vizinhança com países não escravistas; a uma produção escravista sem posição de monopólio no mercado; a uma organização muito particular da “firma” escravista típica da região; enfim, a existência de uma sub-região povoada por pequenos produtores de mercadorias que disputavam a mão-de-obra livre com o setor escravista, abalado pela penúria de escravos (TARGA, 2002, p. 08).

Ora, a peculiaridade constituída pela diversidade de interesses econômicos e de manutenção de poder quando da sua ocupação, faz com que se tenha atualmente a presença tanto do latifúndio, quanto da agricultura familiar. O primeiro, presente especialmente no sudoeste do Estado (TARGA, 2002), explora a força de trabalho do proletariado rural, produzindo ainda mais desigualdades e pauperização. O segundo, com sua produção mercantil simples, alimenta o capitalismo urbano-industrial e agroindustrial. Evidentemente “está em curso uma redução no número de pessoas ativas ocupadas exclusivamente em atividades agrícolas e um crescimento no número de pessoas com domicílio rural ocupadas em atividades não agrícolas” (SCHNEIDER, 2005, p. 75). Neste contexto, é fato o aumento das desigualdades sociais e da pauperização rural no Brasil e no Rio Grande do Sul. Isto aponta a presença de um público potencialmente demandante de políticas sociais e, portanto, também do atendimento profissional do assistente social, pois vive os efeitos do desemprego rural, do rebaixamento do valor de seus produtos, da perda de poder aquisitivo e do conseqüente aviltamento da qualidade de vida e de acesso a bens e serviços.

Esse processo é silencioso no Rio Grande do Sul, pois geralmente fica escondido na presença marcante da agricultura familiar camponesa que, segundo a ideologia burguesa, não viveria privações quanto ao atendimento das suas necessidades, não justificando a intervenção estatal. A juventude

rural é uma das mais afetadas por este processo, migrando majoritariamente para as cidades em busca de trabalho, de melhores condições de estudo e acesso aos serviços. Os poucos que permanecem são geralmente homens, motivados pela responsabilidade de cuidar dos genitores e da propriedade familiar. Isto determina o aumento de uma população rural envelhecida (STROPASOLAS, 2006) e gera a falta de perspectivas para a agricultura familiar na região sul (MIELE e MIRANDA, 2013). Este rural é forte traço do sul rio-grandense.

Nesta configuração, há diversos rurais, marcando também ruralidades – modos de vida, de trabalho e de produção – diferentes. Há o rural da concentração fundiária e da grande produção capitalista e, dialeticamente, há o rural das ocupações e assentamentos agrários.

Preliminarmente, percebe-se que a presença do latifúndio marca todo o Estado, sendo preponderante na região da fronteira oeste e sul, enquanto o minifúndio ocupa uma área territorial menor, especialmente nas regiões serranas. A diferenciação fundiária é explicitada na afirmação da própria Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã, portanto, na perspectiva governamental.

Do total dos estabelecimentos do Estado 85,8% possuem menos de 50 hectares, ocupando 24,4% da área utilizada pela agropecuária. As propriedades com mais de 500 hectares representam 1,83% dos estabelecimentos, ocupando 41,9% da área rural. As propriedades entre 50 e 500 ha representam 12,46% do número total de estabelecimentos ocupando 32,8% do total da área. Deve-se ressaltar que o limite entre minifúndio e latifúndio varia de acordo com a região e, normalmente, nas regiões da Campanha e da Fronteira Oeste, onde os solos são mais frágeis, necessita-se de áreas maiores para obter viabilidade na produção (RIO GRANDE DO SUL, 2013, s.p.).

O rural mais simples é entremeado pela presença das tecnologias exigidas pelos diversos tipos de agroindústrias – portanto, do capital – com quem firmam contratos de integração agrícola, ou ainda pela presença vizinha do latifúndio agrícola produtor de desigualdades. A lógica produtivista do capital perpassa todas as ruralidades, implicando o acesso diferenciado aos bens de consumo. Proporcionalmente, a produção agropecuária das regiões em que o minifúndio está presente não perde em nível produtivo em relação às regiões de latifúndio.

Dados da Secretaria de Estado e Planejamento (RIO GRANDE DO SUL, 2015) sobre a localização da propriedade fundiária e os índices produção agropecuária indicam preliminarmente que a realidade rural sul-rio-grandense é plena das contradições que precisam ser analisadas, a fim de reconhecer como ocorre o processo de produção capitalista, que também é, no seu reverso, de produção de desigualdades e de pauperização no campo.

Assim, gera-se às margens e mesmo dentro da dinâmica capitalista um contingente de camponeses pauperizados ou em processo de pauperização. Essa população colabora para formar um vasto contingente de cidadãos a quem são negados muitos direitos sociais fundamentais (LUSA, 2013). Quando o Estado atende essa população, o faz de forma residual e focalizada, geralmente em equipamentos urbanos, o que resulta na invisibilização da sua

identidade e das demandas específicas resultantes do modo de vida e de trabalho rural. Dialeticamente, parte desta população pauperizada do campo opera diversas formas de resistência, inclusive através da organização política em movimentos sociais camponeses, especialmente aqueles que lutam pela reforma agrária.

O reconhecimento preliminar desse quadro justifica a necessidade de aprofundar a investigação sobre o rural sul rio-grandense, em seus determinantes, conferindo-lhe visibilidade no que tange a análise da realidade social em sua totalidade concreta.

3. O DESENHO METODOLÓGICO DA INVESTIGAÇÃO EM CURSO

A perspectiva teórica da investigação remete ao pensamento crítico, com aporte no materialismo histórico dialético de base marxista, enquanto teoria e método de produção de conhecimento, que orienta hegemonicamente o Serviço Social brasileiro, área de conhecimento específico do projeto, ora apresentado. Compreende-se que o método da teoria social crítica de Marx (NETTO, 2009) possibilita apreender a realidade de forma analítica, considerando-a na sua totalidade concreta, dela fazendo a abstração sobre os processos dialéticos, que readquirem materialidade através da produção de um novo conhecimento e da proposição de ações sobre o tema. Isto porque o método pressupõe que os fatos, indivíduos e processos históricos, sociais, políticos e econômicos não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, subtraídos da concreticidade da vida cotidiana.

Considera-se também que a teoria e método marxista expressam o tipo de cientificidade proposta pelo Serviço Social brasileiro em seu Projeto Ético Político, cuja hegemonia foi consolidada desde os anos 1990. Assim, a compreensão da configuração do espaço rural sul-rio-grandense será buscada em suas múltiplas determinações, especialmente no que toca a configuração do capitalismo no campo, as expressões da questão social que implicam o atendimento profissional e sua abordagem na formação em Serviço Social.

Considerando o perfil do objeto de pesquisa, utiliza-se a abordagem mista quali-quantitativa, compreendendo que a mesma possibilita adentrar em questões muito particulares do tema através do uso de dados qualitativos, adensados criticamente pelos dados quantitativos, permitindo apreender a realidade em sua totalidade.

Está previsto inicialmente o uso de metodologias de tipo exploratório – o que ocorre neste momento da investigação –, e posteriormente descritivo e explicativo. Para tanto, estão em desenvolvimento estudos e pesquisas de dados socioeconômicos e demográficos das regiões do Estado, bem como de fontes bibliográficas de várias áreas de conhecimento, incluindo aquelas do Serviço Social que versam sobre a realidade rural no RS. As fontes documentais institucionais disponíveis publicamente também estão sendo acessadas, tanto de movimentos e grupos sociais com vinculação à questão agrária e à realidade rural, quanto às fontes oficiais do governo que tratam sobre o espaço agrário, inclusive aqueles que versam sobre o direito agrário e as políticas públicas para o campo.

Também está prevista a realização de pesquisa de campo com coleta a partir de amostra intencional e delimitada, segundo as nove regiões funcionais de desenvolvimento do estado delimitadas pelo Governo do Estado do RS⁶. Em cada uma das regiões será tratada a realidade de dois municípios, selecionados conforme os maiores índices de produtividade agropecuária e os menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), produzidos respectivamente pela Fundação de Estudos Estatísticos do RS (FEE) e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Outro requisito agregado a estes dois será a presença de organizações políticas e/ou sociais de camponeses, como movimentos sociais do campo; e/ou sindicatos de trabalhadores rurais, entre outros. Durante este momento da pesquisa nos municípios selecionados, primeiramente será mapeada a ocupação fundiária, o tipo de produção agropecuária e os seus índices de produtividade, bem como a oferta de serviços sociais pela rede pública e a presença do assistente social na equipe técnica em serviços oferecidos diretamente em áreas rurais, ou aqueles que sendo oferecidos em área urbana atendem populações rurais. Posteriormente também serão mapeadas nestes municípios as organizações sociais e/ou políticas dos trabalhadores camponeses, levantando o seu histórico de surgimento, atuação e lideranças.

Em seguida serão realizados estudos documentais a partir da base legal que regulamenta e organiza a oferta de políticas públicas de agricultura e agropecuária e de serviços sociais que atendam às populações rurais (preferencialmente executados no espaço rural). A pesquisa empírica terá seu ápice com a coleta de dados a partir de entrevistas semiestruturadas com: a) gestores públicos de políticas de agricultura e agropecuária; b) indivíduos que vivem e/ou trabalham no campo e participam de movimentos sociais e/ou políticos, ou de sindicatos de trabalhadores rurais; c) assistentes sociais que atendem demandas provenientes dos indivíduos do campo. O instrumental orientador destes três tipos de entrevistas encontra-se em elaboração neste momento.

As informações coletadas serão sistematizadas, analisadas e discutidas as informações, utilizando-se para isto a técnica de Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977), a fim de socializar o conhecimento produzido através de publicação de sínteses e análises sobre o reconhecimento da realidade rural e sua relação com a formação e o exercício profissional no Serviço Social, da realização de um seminário sobre a realidade rural e as expressões da questão social no campo.

A investigação, em seus diversos momentos de execução, resguardará os princípios éticos e profissionais previstos pelo Comitê de Ética na Pesquisa (CEP) e pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), bem como pelos princípios éticos do Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. Salienta-se que durante a efetivação deste projeto estão sendo realizadas ações de monitoramento e avaliação. O monitoramento ocorre de forma

⁶ As nove Regiões Funcionais (RF) do RS são: RF1: Centro Sul; Metropolitano Delta do Jacuí; Paranhana; Encosta da Serra; Vale do Caí; e Vale do Rio dos Sinos. RF 2: Vale do Rio Pardo; e Vale do Taquari. RF 3: Campos de Cima da Serra; Hortênsias; e Serra. RF 4: Litoral. RF 5: Sul. RF 6: Campanha; e Fronteira Oeste. RF 7: Celeiro; Fronteira Noroeste; Missões; e Noroeste Colonial. RF 8: Alto Jacuí; Central; Jacuí Centro; Vale do Jaguari. RF 9: Alto da Serra do Botucaraí; Médio Alto Uruguai; Nordeste; Norte; Produção; e Rio da Várzea (RIO GRANDE DO SUL, 2011).

contínua e permanente, enquanto a avaliação está prevista para ocorrer em duas etapas, uma na metade da execução do projeto e a outra após o seu encerramento. Os instrumentos de avaliação serão construídos e aplicados junto à equipe técnica do projeto e ao público envolvido.

Entende-se que tais procedimentos metodológicos de pesquisa possibilitam alcançar desde o objetivo geral e os específicos propostos, mas também o tratamento ético adequado das informações, bem como a socialização do conhecimento, propiciando, assim, o cumprimento do papel da universidade na sociedade.

4. RESULTADOS PRELIMINARES

A proposta de investigação prevê alguns produtos, dentre os quais: resgatar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, conforme indicado no Núcleo de Estudos e Pesquisas Terra Trabalho e Política Social; socializar e ampliar a produção de conhecimento, especificamente no âmbito dessa pesquisa sobre o espaço rural, a questão agrária e o Serviço Social no Rio Grande do Sul, enquanto papel social da universidade; articular parcerias interinstitucionais entre a universidade e as instâncias governamentais gestoras e executoras de políticas públicas para o campo no que tange a capacitação de pessoal técnico e a socialização do conhecimento produzido através da pesquisa; estabelecer relação interinstitucional com outras unidades de ensino, no âmbito da graduação e pós graduação, especialmente grupos de pesquisa, sobre temáticas que se relacionam ao objeto da investigação; elaborar e socializar os resultados a partir da publicação em eventos acadêmicos e científicos.

A aprovação do projeto e o início da execução da pesquisa se deu a partir de uma aproximação com a comunidade acadêmica para divulgação da proposta de investigação. Foram apresentados e discutidos preliminarmente os principais elementos que compõem a relação desta temática com a formação e trabalho profissional para mediar os objetivos do projeto com as demandas do curso de Serviço Social da Unidade de Ensino na qual está sendo executada a pesquisa. Esta iniciativa proporcionou a consolidação do Núcleo de Estudos e Pesquisas Terra, Trabalho e Política Social, facilitando a realização de diversas atividades.

As discussões promovidas no núcleo de estudos foram pautadas por temas relacionados ao objeto de estudo, corroborando para o levantamento bibliográfico e documental, atividades que resultaram na construção do instrumental para coleta de dados empíricos. Foram eleitas as categorias e definidos os principais eixos que desdobram-se em perguntas para nortear as entrevistas. No atual estágio de execução da pesquisa estão sendo realizados os procedimentos relacionados ao cumprimento dos requisitos para encaminhamento do projeto de pesquisa ao Comitê de Ética.

Ressalta-se o levantamento bibliográfico e documental, que mesmo em estágio inicial, contribuiu para as discussões dos principais temas abrangidos pela pesquisa, bem como do método dialético, norte das análises. Essa investida no campo teórico-metodológico proporcionou ao grupo de

pesquisadores uma rica discussão sobre a realidade rural sul-rio-grandense, fundamentada na análise da sua formação sócio-histórica e nas mediações necessárias com realidade rural brasileira. Nesse sentido, apresenta-se uma breve análise das particularidades do Estado do Rio Grande do Sul no que diz respeito à realidade rural e sua constituição sócio histórica, destacando aspectos do período colonial, bem como aqueles que demarcam o contexto atual.

Desde o período colonial a ocupação das terras foi determinada segundo os interesses econômicos do governo colonial, devido a necessidade de fixar o domínio português. Considerando as características do solo, clima e relevo na região da faixa litorânea, a ocupação voltou-se para a produção de gado, que servia especialmente para abastecer o mercado de alimentos (carne), inclusive do sudeste brasileiro. As regiões internas do estado, especialmente as da serra gaúcha, permaneceram sem uma ocupação planejada e efetiva até o século XIX, quando iniciaram as políticas de incentivo aos migrantes europeus. Excetuou-se a região da fronteira do noroeste gaúcho, em que ocorreu um processo de ocupação através dos Jesuítas, que buscavam estabelecer um tipo de povoamento baseado na catequização dos povos indígenas da região e na produção da agricultura. Esta experiência foi encerrada com sua destruição pelos espanhóis, mas que deixou marcas históricas na região hoje conhecida como região dos sete povos das missões. Por último, desde fins do período colonial e imperial, o entorno de Rio Grande é uma região do RS importante economicamente, pois é um município portuário ao sul do estado, o qual realiza, até hoje, um significativo fluxo de produtos para o restante do Brasil e para o exterior.

Foi com a instalação e depois consolidação do capitalismo no Brasil que a economia do RS vai se firmando, tendo como determinante a produção agrícola e agropecuária. Esta característica ainda hoje marca a economia no estado, que contribui para a balança de exportação. Atualmente os principais produtos agrícolas são arroz, trigo, aveia, fumo e soja (FEE, 2015a).

O debate teórico-metodológico destas e de outras características da formação sócio histórica do RS possibilitou compreender as ruralidades constitutivas até hoje, que foi enriquecido a partir do cruzamento de dados com a caracterização dos solos, do bioma, do clima, da hidrografia e relevo, entre outros. Todas estas características articuladas possibilitam compreender os tipos de cultura e as formas de produção e de trabalho que foram implantados e se consolidaram em cada região do estado. Percebeu-se que as regiões sul e da fronteira oeste tem predominância das grandes propriedades e da grande produção. Um dos produtos que tem maior participação Valor Bruto da Produção é a soja, com 10,2%, seguido do arroz, com 13,7% e do frango, com 10,2% (FEE, 2015b).

Os dados estão sendo levantados e discutidos para aprofundar o conhecimento acerca dos aspectos sócio demográficos, econômicos, políticos e culturais do campo, especialmente na última década, do Estado do Rio Grande do Sul e, ainda, conhecer o tipo de agricultura, modo de vida e de trabalho no campo. O levantamento dos dados é realizado, a fim de adensar as informações quali-quantitativas e discussões preliminares da realidade rural em cada região, tendo em vista reconhecer as expressões da questão social.

Sublinha-se a importância de socializar o projeto de pesquisa, sua problematização acerca da realidade rural sul-rio-grandense, bem como de alguns resultados, ainda que em estágio inicial, pois essa iniciativa proporciona aos pesquisadores a participação em diversos debates, nos quais além da publicização da pesquisa é possível qualificar a análise, ampliar as aproximações com outros investigadores da temática e enriquecer os processos de formação e trabalho profissional do Assistente Social, especialmente naquilo que corresponde ao debate em torno da implementação de políticas sociais dirigidas às populações que vivem no campo. Como já foi observado, o estudo desses temas é incipiente no Serviço Social.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). Governo do Estado do Rio Grande do Sul. **Características da agropecuária do RS**. Porto Alegre (RS): FEE. 2015a. Disponível em: <<https://www.fee.rs.gov.br/sinteseilustrada/caracteristicas-da-agropecuaria-do-rs/>>. Acesso em: 03/07/2018.

_____. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. **A agropecuária, o agronegócio e a economia gaúcha**. Porto Alegre (RS): FEE. 2015b. Disponível em: <<https://www.fee.rs.gov.br/sinteseilustrada/a-agropecuaria-o-agronegocio-e-a-economia-gaucha/>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

GONÇALVES, José Sidnei; GONÇALVES, Sheila Pereira. Novas caras da pobreza de origem rural no Brasil: transformações, perfil e especificidades da Região Sudeste. In: BUAINAIN, Antônio Márcio; DEDECCA, Cláudio; NEDER, Henrique Dantas (orgs). **A nova cara da pobreza: desenvolvimento e a questão regional**. Brasília: IICA, 2013. p. 307-354. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 17).

GRAZIANO DA SILVA, José. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: HUCITEC, 1981.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 13. ed, São Paulo: Cortez, 2007.

IANNI, Octavio. **Origens agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

KOSÍK, Karel. **Dialética do concreto**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

LUSA, Mailiz Garibotti. **A (in)visibilidade do Brasil rural no Serviço Social: o reconhecimento dos determinantes a partir da análise da mediação entre a formação e o exercício profissional em Alagoas**. 2012. 394 f. Tese (Doutorado

em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós Graduated em Serviço Social, PUC-SP, São Paulo, 2012.

_____. Ruralidades na formação sócio-histórica de Alagoas: fundamentos para a abordagem sobre o rural no desenvolvimento capitalista atual. **Anais...** 1º Encontro Internacional de Política Social e 8º Encontro Nacional e de Política Social. As transformações do Estado no mundo hoje. Vitória (ES): UFES, 2013.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1982. Paulo: Editora da USP, 2008.

MIELE, Marcelo; MIRANDA, Cláudio Rocha. O desenvolvimento da indústria brasileira de carnes e as opções estratégicas dos pequenos produtores de suínos do Oeste catarinense no início do Século XXI. In: CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS, CGEE. **A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro**. Ganhar tempo é possível? Brasília (DF): CGEE, 2013. p. 201-231.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2009.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

RIO GRANDE DO SUL, Governo do Estado do; Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã. **Atlas Socioeconômico do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre (RS): Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã, 2013. Disponível em: <www.scp.rs.gov.br/atlas>. Acesso em: 20 out. 2014.

RIO GRANDE DO SUL, Governo do Estado do; Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã. **Mapa da produção agropecuária, com referência no valor adicionado bruto**. Porto Alegre (RS): Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã; Departamento de Planejamento Governamental, 2015. Disponível em: <<http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/vab-da-agropecuaria>>. Acesso em: 17 jun. 2018.

_____. Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã. **Mapa da Regiões Funcionais (RF) de planejamento**. Porto Alegre (RS): Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã; Departamento de Planejamento Governamental, 2011. Disponível em: <<http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/regioes-funcionais-de-planejamento>>. Acesso em: 17 jun. 2018.

SCHNEIDER, Sergio. As novas formas sociais do trabalho no meio rural: a pluriatividade e as atividades rurais não-agrícolas. **Revista Redes**, Santa Cruz do Sul (RS), v.9, n.3, p.75-109, 2005.

SILVA e SILVA, Maria Ozanira da. Um esforço de investigação sobre a prática do Serviço Social no Brasil. **Cadernos ABESS**. Produção científica e formação profissional, São Paulo, Cortez, n. 6, p. 78-89, set. 1993.

SILVA, Ademir Alves da et al. Revisão curricular do Curso de Serviço Social. **Cadernos ABESS**, Produção científica e formação profissional, São Paulo, Cortez, n. 6, p. 147-156, set. 1993,.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

TARGA, Luiz Roberto Pecoits. A originalidade do Rio Grande do Sul no século 19. In: **1º Encontro de Economia Gaúcha** (2002). Porto Alegre: Fund. de Economia e Estatística, 2002. Disponível em:
<http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/eeg/index_1eeg.php#mesa12>.
Acesso em: 20 jun. 2013